

REDESENHAR PAISAGENS ANCESTRAIS, ENTRE A TERRA E O MAR

UMA PEDAGOGIA

ET5: Processos formativos sobre a paisagem

Marta R. da S. ALVES; Camila G. SANT'ANNA, Ana Cristina da S. CAMINHA

RESUMO

O artigo discute o processo formativo aplicado na disciplina Atelier de Fundamentação de Paisagismo da UFBA, na qual tomamos a paisagem, pensada como sistema vivo, histórico e ancestral, como ferramenta central de ensino, articulando leitura crítica, experiência situada e produção coletiva do conhecimento. Ao emergir , como recorte espacial de estudo, em um território costeiro de Salvador/BA nosso objetivo era aplicar uma metodologia centrada na escuta, nos saberes localizados (HARAWAY, 1998) e na construção coletiva de conhecimento (científico e popular), incorporando a participação de uma professora moradora e liderança negra comunitária, o que permitiu integrar saberes acadêmicos e saberes territoriais, com a participação da comunidade. A metodologia desenvolveu-se em quatro etapas: contextualização socioespacial, mapeamentos temáticos, sobreposição analítica e elaboração de diretrizes e projetos, estimulando uma leitura integrada da paisagem, a partir dos vínculos entre sistemas ecológicos, conflitos urbanos e práticas e saberes culturais locais. A realização manual dos mapas, as visitas de campo (orientadas pela comunidade) e os debates ampliaram a percepção dos estudantes sobre a paisagem como experiência e como disputa, fortalecendo a compreensão de racismo ambiental, práticas ancestrais e justiça climática. Os resultados evidenciaram o potencial dessa abordagem para formar profissionais sensíveis à complexidade das paisagens e comprometidos às demandas reais dos territórios, fortalecendo vínculos entre universidade e comunidade e estimulando práticas pedagógicas transformadoras.

PALAVRAS-CHAVE: justiça socioambiental; ensino; paisagem.

ABSTRACT

This paper discusses the formative process applied in the Course Atelier de Fundamentação de Paisagismo at UFBA (Federal University of Bahia), in which we consider the landscape, conceived as a living, historical, and ancestral system, as a central teaching tool, articulating critical reading, place-based experience, and the collective production of knowledge. By immersing ourselves, as a spatial focus of study, in a coastal territory of Salvador/BA, our objective was to apply a methodology centered on listening, localized knowledge (HARAWAY, 1998), and the collective construction of knowledge (scientific and popular), incorporating the participation of a professor-visiting and a Black community leader, which allowed for the integration of academic and territorial knowledge. The methodology was developed in four stages: socio-spatial contextualization, thematic mapping, analytical overlay, and the elaboration of guidelines and projects, stimulating an integrated reading of the landscape, based on the links between ecological systems, urban conflicts, and local cultural practices and knowledge. The manual creation of maps, fieldwork visits, and debates broadened students' perception of landscape as both experience and contestation, strengthening their understanding of environmental racism, ancestral practices, and climate justice. The results highlighted the potential of this approach to train professionals sensitive to the complexity of landscapes and

committed to the real demands of the territories, strengthening ties between university and community and stimulating transformative pedagogical practices.

KEYWORDS: social and environmental justice ; teaching ; landscape.

1 INTRODUÇÃO

A negligência com a natureza tem intensificado os impactos socioambientais no planejamento urbano globalmente, especialmente com o agravamento da crise climática e a consequente perda de biodiversidade. A falta de projetos urbano-paisagísticos integrados às dinâmicas dos sistemas naturais, combinados à uma infraestrutura urbana que prioriza a impermeabilização indiscriminada de lotes, ruas, espaços públicos, encostas e etc, escoamento rápido das águas e canalização e/ou tamponamento de rios tem contribuído para a recorrência de enchentes, inundações e alagamentos, assoreamentos, deslizamentos, ilhas de calor, dentre outros eventos extremos. Salvador, como muitas cidades brasileiras, não é exceção, especialmente em função de sua topografia de “mares de morros¹” (AB’SABER, 2007) que conformam todo o território soteropolitano e se prolongam até a interface entre a terra e o mar.

Os territórios situados nessa zona de transição entre os ambientes marítimo e terrestre são especialmente frágeis quando os analisamos sob a perspectiva da Crise climática, dadas as ameaças às quais estão expostos, como o aumento da temperatura da biosfera, a elevação do nível do mar e intensificação das ondas de calor marinhas (IPCC, 2019). Além disso, muitos desses territórios costeiros são continuamente atravessados pela injustiça climática (IPCC, 2023), constituindo-se como espaços de disputa entre diferentes grupos e interesses socioeconômicos e tornando-se palcos da exclusão, expulsão e racismo ambiental e étnico-racial.

Diante desse cenário de crise ambiental e climática e frente à urgência de enfrentar as desigualdades socioespaciais e ambientais que afetam a vida dos diferentes grupos que habitam as cidades, torna-se indispensável refletir sobre os desenhos da paisagem nesses territórios. Projetar para o clima com a paisagem é uma necessidade (Besse, 2018) e um direito (Lima; Aranha, 1998) para repensarmos a nossa forma de “habitar o mundo” (Besse, 2018) de forma mais equânime, superando desigualdades historicamente enraizadas.

Assumindo este desafio, a disciplina Atelier de Fundamentação de Paisagismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realizada em 2024, tomou como área de estudo e intervenção um trecho da borda marítima da Baía de Todos os Santos, abrangendo os bairros da Gamboa de Baixo, Gamboa de Cima e 2 de Julho. Implantada na encosta da Falha Geológica de Salvador, essa área de topografia acidentada é ocupada por diferentes grupos sociais, étnicos e econômicos que ali se estabeleceram em distintos contextos e momentos históricos que remontam, para alguns, há tempos anteriores à colonização dado o forte marcador da ancestralidade indígena. As disputas territoriais ali presentes extrapolam a terra e avançam sobre o mar, onde as comunidades pesqueiras, de maioria negra, precisam disputar o direito às águas marinhas, seu maretório (SOUSA & RIBEIRO, 2021) de práticas, cosmologias e modos de

¹ Ao longo do artigo os topos de morros são chamados de cumeadas, termo comumente utilizado na historiografia de Salvador/BA.

existir, com barcos, lanchas, canoas e jet-skis de turistas e usuários de marinas e píeres particulares.

Propomos, neste artigo, apresentar esta experiência e discutir a metodologia empregada na disciplina e os resultados obtidos do processo formativo alicerçado em REDESENHAR PAISAGENS ANCESTRAIS ENTRE O MAR E A TERRA DE SALVADOR. Nosso objetivo com a disciplina foi estimular a imaginação e projetar possibilidades de reparação étnica, social, estética e ambiental para os territórios historicamente marcados pela desigualdade com a participação da comunidade e desta forma, “esperançar”, como diria Paulo Freire (2021), frente aos desafios contemporâneos, construindo o amanhã e o futuro ancestral (KRENAK, 2022) reconectando humanos e naturezas.

Além das professoras efetivas da Faculdade de Arquitetura da UFBA, a disciplina contou com a professora da comunidade, Ana Caminha, importante liderança do bairro da Gamboa de Baixo², área objeto de estudo e intervenção. Sua atuação como docente foi viabilizada pelo Edital da UFBA Residências em Arte, Cultura e Extensão³, e exerceu papel fundamental para efetivação da escuta e diálogo com as comunidades durante a disciplina, ao oferecer uma compreensão ética, engajada e situada dos territórios estudados, além de mediar junto aos estudantes as demandas das comunidades locais.

Assim, a proposta pedagógica se estruturou no reconhecimento da centralidade da escuta, promovida pela participação da professora da comunidade, a qual foi a porta voz em sala de aula das demandas, das problemáticas e das experiências vividas pela Comunidade da Gamboa de Baixo. Sua participação por 4 horas semanais em sala de aula ao longo de todo o semestre, envolvia ministrar aulas⁴, participar das discussões durante as apresentações dos trabalhos, auxiliar na organização e na realização das visitas no território e orientar os grupos junto com as professoras efetivas. Essa atuação possibilitou aos estudantes uma compreensão sensível e crítica das práticas, cosmologias e modos de habitar das comunidades, como fundamento para desenhar projetos de paisagem com justiça socioambiental. As demandas de projeto e as respostas projetivas vieram da análise dos problemas observados nas aulas de campo, dos mapeamentos e dos relatos e diálogos com a professora da comunidade. Além dela, contamos com a breve participação de uma liderança comunitária do bairro Ladeira da Preguiça durante uma aula de campo. A partir dessa premissa, os estudantes produziram um estudo aprofundado dos bairros, considerando não apenas aspectos físico-ambientais, mas principalmente dimensões sociais, étnicas, culturais e críticas às decisões de planejamento urbano. Os problemas e potenciais identificados conduziram à definição de diretrizes, tecidas a partir de discussões coletivas, para elaboração dos projetos paisagísticos que buscassem criar condições de enfrentamento às mudanças climáticas e justiça socioambiental.

² Sua trajetória é marcada pela atuação como presidenta da Associação Amigos da Gamboa, coordenadora do Grupo de Mulheres da Gamboa e integrante da Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador.

³ Este edital é destinado a efetivar a participação de artistas, mestres/as da Cultura Popular, de Ofícios e Saberes Tradicionais, Lideranças Comunitárias e Movimentos Sociais, que tem como intuito aprimorar a articulação entre a UFBA e a sociedade.

⁴ Em uma das aulas foi apresentado o documentário: “**Pescadoras em Rede: As Mulheres da Gamboa de Baixo**”, curta-metragem documental produzido pelo coletivo TRAMA em parceria com a Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=cC6Ez12wL9Y>>. Acesso em 10 fev 2026.

2 PLANEJANDO COM A PAISAGEM ANCESTRAL ENTRE A TERRA E O MAR : uma metodologia

Os trabalhos foram organizados em 4 etapas, assim organizadas (1) apresentação do contexto social e espacial, além da delimitação da área de estudo; (2) mapeamentos temáticos; (3) sobreposição dos mapas para destacar os problemas, potenciais e estratégias para ações integradas; (4) elaboração de projetos adequados às diretrizes construídas coletivamente na etapa anterior.

2.1. CONTEXTO SOCIOESPACIAL E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

As áreas de estudo da disciplina de Atelier de Fundamentação de Paisagismo envolveram desde as Comunidades da Gamboa de Baixo e do Solar do Unhão, como parte da Comunidade da Preguiça, a Bahia Marina (empreendimento de alto padrão que ocupou parte da borda marítima e avançou sobre o mar com uma série de píeres e quebra-mar), a Gamboa de Cima e o bairro 2 de julho. Todos são integrantes do Centro Antigo de Salvador e compõem a Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), categoria que integra o Sistema de Áreas de Valor Ambiental (SAVAM) conforme o Plano Diretor Municipal.

Inicialmente apresentamos aos estudantes o contexto histórico, social e de disputas que permeiam as áreas, porém, nos detivemos mais detalhadamente na comunidade da Gamboa de Baixo e na comunidade contígua chamada de Solar do Unhão. Ambas apresentam imóveis que remontam ao período colonial incluindo a Fortaleza de São Paulo, muralhas históricas de contenção das encostas demonstrando a instabilidade do solo na região e fontes d'águas históricas, mas destacamos, principalmente, que essas ocupações são remanescentes de comunidades tradicionais pesqueiras que ainda habitam o Centro Antigo de Salvador (BA). Habitada por cerca de 400 famílias de baixa renda, majoritariamente negras, que têm na pesca e no trabalho 'informal' suas principais fontes de renda, conquistaram, após ampla mobilização coletiva, a demarcação como Zona de Especial Interesse Social (ZEIS) 5, correspondente às Comunidades Tradicionais no Plano Diretor do município. Uma importante vitória, uma vez que a permanência dessas comunidades neste território é marcada por um histórico de lutas, devido ao interesse da especulação imobiliária em expulsá-los devido ao potencial turístico desta área.

Habitando a borda marítima, no sopé da escarpa íngreme e em relação direta com o mar, as mudanças nas formas de vida dessas comunidades pesqueiras iniciaram nos anos 1960, quando foi realizada a construção da Avenida Lafayette Coutinho. Conhecida popularmente como Avenida do Contorno, esta via margeia a Falha Geológica de Salvador, escapa que separa a cidade em dois platôs: Cidade Baixa, ao nível do mar, e Cidade Alta, na cumeada da rocha. Como as comunidades estão localizadas no sopé da escarpa, quando a Avenida foi construída à meia encosta, encobriu as comunidades e criou uma barreira sem acessos entre a Gamboa de Baixo e o restante da cidade. Os moradores foram segregados e ficaram isolados entre as estruturas que sustentam a avenida e o mar.

Na tentativa de romper essa barreira, foi realizada a construção, em regime de mutirão, de uma abertura abaixo das estruturas da Avenida do Contorno e implantação da primeira escadaria para acesso terrestre da Gamboa ao restante da cidade, pelos próprios moradores. Esta ação inaugurou um movimento comunitário de resistência, liderado principalmente por mulheres negras⁵ ativo desde a década de 1990 até os dias atuais.

⁵ Estas mulheres formam a Associação de Moradores Amigos de Gegê da Gamboa de Baixo, consolidada desde 1992 como um espaço de mobilização dos moradores locais, na busca por

2.2 MAPEAMENTOS TEMÁTICOS E VISITA DE CAMPO

Após esse contexto inicial, foi apresentado aos estudantes pelas professoras os limites da área de estudo, formados pelo mar a norte, pela fonte histórica das Pedreiras à leste, pelo divisor de águas da Bacia de Drenagem Natural da Vitória/Contorno⁶ ao sul e pelos muros que separam a comunidade da Gamboa de Baixo do Condomínio Solar dos Cardeais à oeste (figura 01). Combinando a metodologia de Ian McHarg (1992) em seu livro seminal *Design with Nature* e de Raquel Tardin (2008) proposta em seu livro: *Espaços Livres. Sistema e Projeto Territorial*, os estudantes foram organizados em grupos para a produção de mapas temáticos, estimulando leituras especializadas e aprofundamento de interesses individuais.

Após a divisão de grupos, foi realizada a aula de campo durante um turno inteiro mostrando *in loco* e debatendo coletivamente os problemas e os potenciais da área, observando os aspectos socioespaciais e ecológicos, a geomorfologia, as formas de apropriação, as dinâmicas de uso dos espaços etc. Durante o percurso guiado pela professora moradora, contamos com a participação de uma liderança comunitária do Bairro da Preguiça e fomos apresentados a alguns moradores que relataram suas vivências e seus modos de vida. E experienciamos um pouco das dificuldades e alegrias que os moradores lidam, como a dificuldade de mobilidade, a segregação espacial, o saneamento, os riscos de deslizamentos, entre outros. As principais análises são sintetizadas a seguir.

Figura 01. A área de estudo se estende do mar da Baía de Todos os Santos à Oeste, da fonte das Pedreiras à Norte, do limite da Gamboa com a Vitória à Sul e da Avenida 7 de Setembro Leste.

melhorias habitacionais e urbanas além de reivindicar para que formas menos predatórias de turismo e ocupação do território, possam conviver com as práticas de pesca e o uso do mar pelas/os moradoras/es.

⁶ Seguindo a delimitação proposta na publicação ‘*O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*’ (2010) elaborada por pesquisadores da UFBA e com apoio do Governo do Estado da Bahia, a cidade de Salvador conta com 12 bacias hidrográficas e 9 bacias de drenagem natural. A área de estudo/intervenção proposta no trabalho encontra-se enquadrada, de acordo com a publicação, como uma Bacia de Drenagem que compreende “a região de topografia que não caracteriza uma bacia hidrográfica, podendo ocorrer veios d’água, os quais não convergem para um único exutório. No caso de Salvador, correspondem às regiões costeiras da Baía de Todos os Santos, como [...], o Comércio, a Avenida Contorno e a Vitória; e, da Orla Atlântica, [...]. Portanto, a ausência de cursos d’água perenes foi um dos critérios para a definição das bacias de drenagem natural” (SANTOS et al, 2010).



Fonte: Alves adaptado do Google Earth, 2024.

(a) *Mapeamento da história:* os estudantes realizaram pesquisa bibliográfica, iconográfica e contínuo diálogo com a professora moradora para produção deste mapa. Assim, ao representarem as intervenções realizadas na área de estudo em diferentes contextos históricos, conseguiram perceber o impacto de cada obra nas dinâmicas ecológicas e nos modos de vida locais. Constataram os novos padrões de interesse imobiliário, caracterizado por empreendimentos que avançam sobre o mar, privatizando-o, padrões de ocupação mais adensados, maior gabarito, menos áreas verdes, impermeabilização das encostas, ou mesmo desmonte das escarpas. A leitura deste mapa demonstrou espacialmente como várias intervenções desconsideravam as populações que já ocupavam essas áreas, impactando-as diretamente. Evidenciou-se também como a privatização da costa marítima tem promovido conflitos entre as práticas ancestrais de pesca e alterado a movimentação de sedimentos e fluxos marinhos, como a formação de praias em áreas antes inexistentes em decorrência de assoreamento e mudança na intensidade das marés.

(b) *Mapeamento dos usos e fluxos:* a partir da observação, diálogo com moradores e levantamento de infraestruturas e equipamentos de mobilidade como pontos de ônibus, estacionamentos, marinas entre outros, os estudantes mapearam os fluxos realizados na terra e no mar pelos diversos usuários, sejam trabalhadores, turistas, moradores, assim como identificaram em mapa as principais atividades em que se concentravam as pessoas, observando a sazonalidade ou permanência prolongada. Esse mapeamento possibilitou perceber os conflitos e as negociações no uso dos espaços pelos diferentes grupos e seus distintos interesses. Por exemplo, o mar como espaço de disputa se evidenciou quando foram mapeados os fluxos dos pescadores, o uso do mar como espaço lúdico, especialmente pelas crianças e as dinâmicas de atracação dos barcos de pesca, práticas que confrontavam com os fluxos de iates e jet-skis, cada vez mais comum devido

a presença da Bahia Marina e de condomínios com píeres particulares sobre o mar.

(c) *Mapeamento da vegetação*: fazendo uma intersecção entre imagens aéreas e observação in loco os estudantes mapearam as características da vegetação e sua localização e disponibilidade, pública ou privada, possibilitando livre acesso, ou não, da população em geral. Encostas vegetadas por capins, massas arbóreas geralmente restritas aos parques e jardins históricos como o Passeio Público de 1810 e a Praça da Aclamação de 1913, em contraposição às praças mais recentes formada por árvores isoladas sem muito sombreamento, praia sem vegetação e canteiros centrais com áreas de copas ralas promovem uma paisagem de aspecto árido e pouco atrativo à permanência. Porém, quando visitamos as comunidades da Gamboa e Solar do Unhão, apesar do alto adensamento das edificações, era perceptível o esforço e apreço para inserção de uma vegetação de pequeno porte em vasos, caqueiros, latas e baldes, de valor medicinal, alimentar, espiritual e estético, ao gosto local. Deve ressaltar, a recorrente citação dos moradores à pessoas locais, como Dona Rosa na Gamboa de Baixo, que batalhavam pelo plantar e cultivar na comunidade.

(d) *Mapeamento das águas*: recorrendo à publicação '*O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*' (SANTOS et al, 2010) os estudantes mapearam a Bacia de Drenagem Natural e com o suporte dos moradores locais identificaram nascentes. Analisando a topografia compreenderam o escoamento das águas, o tratamento dados às ruas e encostas e observaram a falta de permeabilidade. Assim puderam pressupor as dinâmicas de escoamento das águas que afetam as comunidades da Gamboa e Solar do Unhão. As águas têm importância fundamental para os moradores, fazem parte dos seus modos de vida, das práticas espirituais, de alimentação e sobrevivência econômica, lugar de lazer e prazer. As nascentes públicas são lugares utilizados por moradores e por populações em situação de vulnerabilidade social e garantem a soberania hídrica, apesar da condição de poluição dos corpos hídricos.

(e) *Mapeamento das edificações*: Dada a grande dimensão da área de estudo não foi exigido que os estudantes identificassem todos os usos das edificações, priorizou-se a identificação das condições de adensamento e tipos de ocupação dos lotes, marcação de áreas com predomínio de comércio e usos mistos versus áreas residenciais e identificação de equipamentos mais relevantes como aqueles voltados à lazer, cultura, educação e saúde. Evidenciou a forte presença de edificações históricas de ocupação adensada, sem recuos laterais ou frontais posicionados, de forma geral, nas cumeadas. Enquanto isso, as edificações históricas localizadas nas encostas voltadas à Baía de Todos os Santos apresentavam ocupações espaçadas, com predomínio de área verde. Essa forma de ocupação foi impactada pela construção da Avenida do Contorno e atualmente tem aumentado o adensamento da encosta, assim como o número de pavimentos em áreas que são mais sensíveis à deslizamentos e impactam também nos afloramentos d'água, muito comuns na Falha Geológica de Salvador.

Por fim, (f) *Mapeamento das práticas populares*: Foi realizado em contínuo diálogo com a professora moradora, os estudantes identificaram e mapearam festas populares como a Festa de Iemanjá, espaços de capoeira, as comidas, locais de manifestação de ritos, música, encontros e feiras. Nesse mapa se evidenciou os saberes vinculados a modos de vida ancestral transmitido por gerações como a pesca, as matrizes afrodiaspóricas e indígenas presentes na alimentação, nos modos de fazer a culinária, nos barcos, nas manifestações religiosas e culturais, no manejo das ervas e plantas, embora cada vez mais prejudicado e em riscos de esquecimento dada a diminuição de áreas verdes ou suscetíveis ao plantio. As relações de parentesco e comunidade também contribuem na

comunicação e troca de saberes.

2.3. PROJETOS INTEGRADOS E SOBREPOSIÇÃO DOS MAPAS E CONSTRUÇÃO DE DIRETRIZES

Com os mapas finalizados as professoras estimularam os estudantes a realizarem análises interseccionando os temas, por exemplo, tentando pensar como as formas de escoamento das águas, se relacionam com a presença ou não de verde nas encostas, ou como a ausência de áreas permeáveis nos lotes impactam as moradias no sopé das escarpas, as quais recebem um grande volume de água e sofrem com deslizamentos e alta umidade. Nesse momento, o papel das professoras era provocar leituras e reflexões e questionar os efeitos dos desenhos de projetos urbanos. Convidá-los a não ficarem restritos à análise e leitura de um único tema. Tínhamos nesse momento, uma forma de estimulá-los a perceber como todos esses fatores se integram na construção de paisagens sistêmicas e não há como desvincular desenho urbano da relação e compreensão dos sistemas ecológicos (HOUGH, 1998).

O debate foi o ponto de partida para propor que cada grupo elencasse os problemas e potenciais que compreenderam existir na área de estudo e definissem estratégias de ação necessárias para solucionar ou valorizar as questões apontadas no estudo e análise.

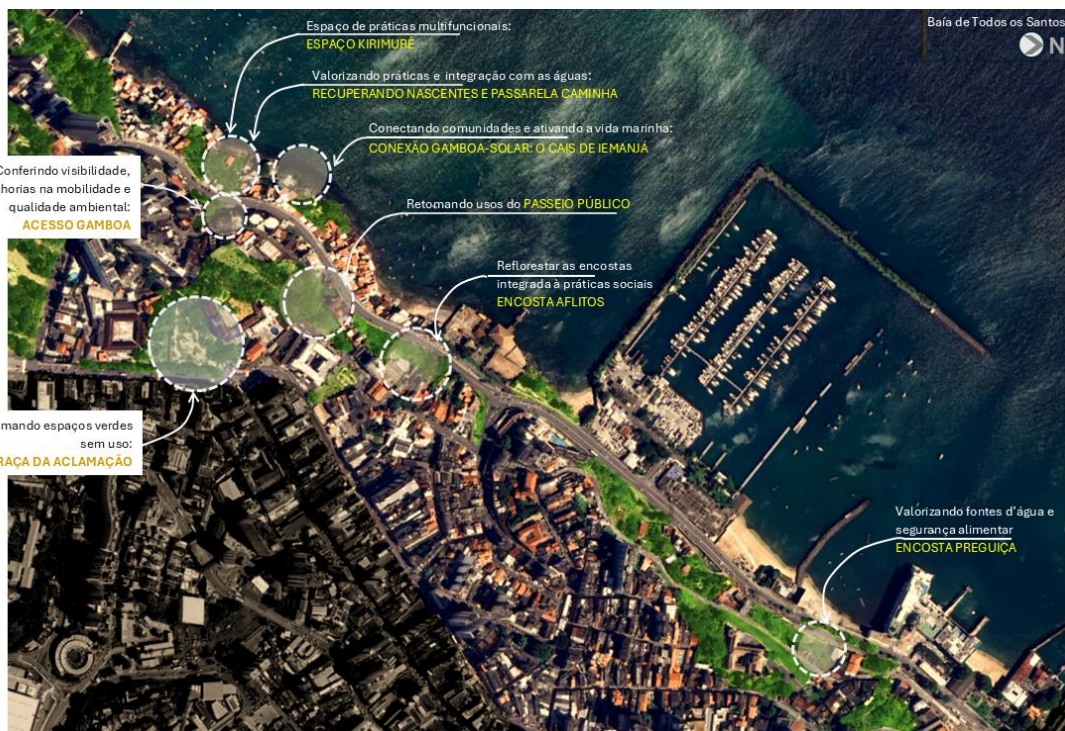
De porte disso, os estudantes selecionaram áreas livres onde iriam desenvolver os projetos paisagísticos, tendo como partidos conceituais dos projetos às diretrizes elencadas na etapa anterior. Entre as quais, destacam-se: o reflorestamento de encostas com espécies alimentícias para garantir soberania alimentar, diminuir riscos de deslizamentos e criar microclimas mais saudáveis, em oposição às ilhas de calor promovidas pela impermeabilização das encostas; a valorização e recuperação das nascentes d'água para garantir soberania hídrica, a criação de caminhos de comunicação e acessibilidade capazes de superar barreiras impostas por grandes obras desenvolvimentistas nestas áreas; e a proposição de recifes artificiais como forma de recuperar e/ou estimular a vida marinha, reconhecendo seu valor para quem se alimenta de pescados e mariscos, ainda que se reconheça que tais impactos estão diretamente relacionados ao aquecimento das águas marinhas e exigem ações em escala planetária.

As propostas deveriam estar integradas às práticas cotidianas observadas, respeitando e entendendo os banhos de mar, as brincadeiras, a pesca, a limpeza do peixe pescado, os espaços de encontro e socialização comunitários, o concerto de barcos, os trânsitos cotidianos, os movimentos da maré, inclusive a maré de março⁷, o plantar, as muitas nascentes da água e seu valor na garantia da segurança hídrica da Gamboa e bairros adjacentes, as nascentes históricas, as muralhas de contenção remanescentes, ou seja, tentamos juntos com os alunos compreender toda a riqueza ecológica, social, cultural presente no dia-a-dia da população local e os desafios enfrentados atualmente, mas que podem adquirir novos contornos diante da emergência climática.

Assim, montamos um mapa em que sintetizamos o conjunto de intervenções propostas para a área estudada (figura 02).

Figura 02. Conjunto de intervenções propostas para a área estudada

⁷ É uma terminologia das comunidades tradicionais de Salvador, que se refere ao período em que ocorrem as marés mais intensas.



Fonte: Alves adaptado do Google Earth, 2024.

2.4. OS PROJETOS PAISAGÍSTICOS

Foram ao todo realizados 9 propostas nos espaços livres, com seus títulos descritos a seguir: Encosta Preguiça; Encosta Aflitos; Retomando usos do Passeio Público; Praça da Aclamação; Avistar a Gamboa; Espaço Kirimurê; Recuperando Nascentes; Passarela Caminha; Conexão Gamboa Solar, o cais de Iemanjá.

Figura 03. Apresentação seguidos de discussão em sala de aula.



Fonte: Fundamentos de Paisagismo, 2024.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS VISÕES DE FUTURO: UM NOVO DESENHO PARA A PAISAGEM DA GAMBOA

A experiência de contar com a professora moradora e liderança da comunidade, dedicada e engajada a discutir temas que afligem seu grupo e agir e lutar por melhorias, trouxe para a sala de aula uma perspectiva situada. Ana Caminha trouxe para a sala de aula críticas às soluções projetivas adotadas pelos poderes públicos para a Gamboa e bairros adjacentes estudados e a exposição de problemas reais enfrentados pelos moradores cotidianamente e que requerem um olhar propositivo mais sensível às realidades locais. Os alunos foram capazes de compreender e buscar encontrar alternativas factíveis, no entanto, também se sentiram livres para imaginar alternativas, aparentemente inviáveis a curto e médio prazo ou que poderiam requerer recursos vultuosos, mostrando a viabilidade de respostas projetivas diferentes daquelas que têm sido adotadas pelos poderes públicos. O trabalho com uma população majoritariamente negra, um microcosmo de resistência ecológica e social de Salvador e do Brasil, nos colocou frente a problemática a que estão sujeitas as populações negras, especialmente as mulheres e as políticas do Estado de racismo ambiental e sua necropolítica (GONZALEZ, 2018; FERDINAND, 2022; CARNEIRO, 2023).

Dessa forma, o processo pedagógico assumiu um posicionamento ético e social importante, levando para a sala de aula temas pouco ou nunca abordados e enfrentados pelos estudantes de arquitetura. Eles puderam ao longo do processo imergir numa realidade, da qual muitos deles desconhecem e puderam compreender o papel social que a arquitetura pode assumir.

O desenvolvimento dos mapas possibilitou que compreendessem como os problemas e potenciais podem ser lidos e interpretados a partir do mapeamento e ajudou na compreensão da escala e numa leitura macro e integrada do território. A realização dos mapas manualmente foi um momento de estímulo ao diálogo entre os estudantes, promovendo a interação em sala de aula e um momento de ludicidade, no qual podiam experimentar formas de representação e legibilidade espacial das informações.

A elaboração dos mapas manualmente, no primeiro momento gerou uma resistência, porque a maioria dos estudantes está condicionado à elaboração de trabalho no computador, de forma individualizada e separada. Quebrada essa barreira inicial e mostrando trabalhos já desenvolvidos, eles costumam assumir uma postura de experimentação e busca de referências.

Alguns grupos, ao final, se mostraram mais engajados e abertos a compreender as problemáticas da área de estudo. As visitas de campo nunca contaram com a participação de todos os estudantes, mas ainda assim, os resultados foram positivos, quando observamos que os projetos buscaram seguir as diretrizes estabelecidas coletivamente e que foram propostas pensando na integração dos bairros.

Para a comunidade o projeto também produziu benefícios, finalizada a disciplina realizamos um workshop, cadastrado como atividade de extensão, na Gamboa de Baixo com a participação da comunidade e de estudantes de arquitetura da UFBA, não necessariamente os mesmos que cursaram a disciplina. Apesar dos estudantes, eram aproximadamente 30 matriculados, relataram que a experiência foi enriquecedora, poucos estiveram presentes no workshop. Porém, mesmo aqueles que não participaram da ação extensionista, relataram que durante outras disciplinas optaram, quando era possível escolher áreas de estudo, voltar a trabalhar na Gamboa de Baixo e/ou bairros adjacentes estudados na disciplina de paisagismo.

Nessa atividade extensionista realizamos conjuntamente, moradores e estudantes, o plantio de espécies e pintamos espaços públicos como escadarias e guarda-corpos numa das áreas que havia sido objeto de projeto durante a disciplina. As maquetes desenvolvidas na disciplina foram utilizadas como base de referência e inspiração.

Importante ressaltar que a ideia do workshop surgiu como estratégia para equalizar os tempos da disciplina e os tempos da comunidade. Ao longo dos quatro meses letivos, não foi possível promover uma aproximação com os moradores para além da professora moradora e das visitas de campo, sobretudo por se tratar de uma disciplina instrumental de fundamentação em paisagismo, composta majoritariamente por estudantes do segundo ano da Faculdade de Arquitetura. Nesse contexto, tornou-se indispensável dedicar parte significativa do semestre à formação técnica, contemplando o aprendizado de formas de representação, estudo das escalas humanas, vegetal e urbana, bem como a compreensão do papel da vegetação no projeto de paisagismo, entre outros conteúdos fundamentais.

Por outro lado, as comunidades apresentavam demandas específicas e interesses que extrapolavam o escopo e o ritmo possíveis à disciplina, uma vez que os estudantes necessitam de tempo para amadurecimento técnico e para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais envolvidas. Assim, a realização do workshop após o encerramento do semestre desvinculada de avaliações formais, mas articulada ao interesse discente por carga horária extensionista, mostrou-se uma alternativa. Essa iniciativa contribuiu para fortalecer vínculos de confiança e compromisso entre Universidade e comunidade, demonstrando nosso empenho em construir devolutivas concretas e socialmente responsáveis. Segundo a professora moradora, o workshop foi um disparador de engajamento e maior união dentro da comunidade da Gamboa de Baixo para que os próprios moradores continuassem melhorando e qualificando o espaço.

Por fim, os estudantes tiveram uma oportunidade ímpar de compreender os impactos dos projetos na vida da população, bem como de propor estratégias de enfrentamento e soluções para problemas reais. As propostas foram, inclusive, submetidas à crítica de uma potencial beneficiária-usuária, o que ampliou o alcance reflexivo da experiência e tensionou suas premissas projetuais. Ainda será necessário tempo para avaliar os efeitos e desdobramentos sociais dessa abordagem na prática profissional desses estudantes; contudo, já é possível afirmar que tal estratégia pedagógica não deveria permanecer restrita a uma única disciplina, dada sua potência formativa e seu compromisso com a realidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos alunos, professores, Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo e, de modo geral, a Comunidade da Gamboa de Baixo. Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, em especial o Pró-reitor Guilherme Bertissolo e a Coordenadora de Produção de Difusão da Extensão, Rita Ferreira de Rita Ferreira de Aquino. Ao diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Fábio Velame e a Coordenadora de Extensão, Thaís Portela.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. *Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense: patrimônios básicos*. 2. ed. Cotia, SP: Ateliê, 2007.

- BESSE, J. La nécessité du paysage. Parenthèses: Marseille, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de Racialidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- FERDINAND, M. Uma ecologia decolonial. São Paulo: Ubu, 2022.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 29a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- INTERGOVERNMENTAL PAINEL ON CLIMATE CHANGE. Special Report on the Ocean and Cryosphere in a changing climate (SROCC). IPCC, Set, 2019. Disponível em < <https://www.ipcc.ch/srocc/> >. Acesso em mar 2020.
- HOUGH, Michael. *Ciudad y Naturaleza*. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7–41, [1988] 2009. Disponível em < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> >. Acesso em 03 dez 2025.
- KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022
- LIMA, C.; ARANHA, C. Paisagens periféricas - por uma fenomenologia do olhar na pedagogia da paisagem. Actes du Colloque International ICHT 2017 – Imaginaire: Construire et Habiter la Terre: poétiques urbaines, architecture, aménagement. Lyon: Université Jean Moulin – Lyon III, p.192-198, 2017.
- MCHARG, Ian. *Design with nature*. New York: John Wiley & Sons, 1992.
- SOUSA, V.; RIBEIRO, T. *O maretório: a resignificação de um conceito como categoria política por populações pesqueiras e extrativistas do litoral do Pará*. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: DEMOCRACIA, NATUREZA E EPISTEMOLOGIAS PARA PENSAR O AMANHÃ, 2021, Belém. Anais [...]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2021. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/351087372_O_Maretorio_a_resignificacao_de_um_conceito_como_categoria_politica_por_populacoes_pesqueiras_e_extrativistas_do_litoral_do_Para >. Acesso em 03 dez 2025.
- SANTOS, E. et al. *O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes*. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.
- TARDIN, Raquel. *Espaços Livres. Sistema e Projeto Territorial*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.